

O jornalismo como operador simbólico do racismo estrutural no Brasil: O dia noticioso da megaoperação mais letal do Rio de Janeiro.¹

Theo Rafael Souza, UFRRJ²
Lorena Lourenço do Nascimento, UFRRJ³

Palavras-chave: Jornalismo; Racismo estrutural; Imparcialidade; Democracia racial; Chacina

Dia 28 de outubro de 2025, seis da manhã, guerra no Rio de Janeiro. Poderia ser apenas mais um flagrante cotidiano das inúmeras operações policiais que atravessam o Estado. Mas era mais que isso... O cenário que tomou conta do Rio de Janeiro exibido nos noticiários e nas diversas plataformas mostrava um retrato típico de chacina: o chão da Praça São Lucas pareceu pequeno demais para tantos mortos. Corpos lado a lado, cobertos por panos, lençóis ou simplesmente deixados ao sol. Moradores se aproximaram, tentando identificar tatuagens, cicatrizes e marcas de nascença. Não é apenas uma cena, é um gesto desesperado de reconhecimento coletivo. O cenário evoca a brutalidade do ocorrido, mesmo com a impossibilidade de ver os detalhes da morte. O limite entre a cobertura jornalística e o testemunho é escancarado, entre o olhar que registra e o que se recusa a esquecer⁴.

Assim, a partir desse recente acontecimento que traz à tona a questão da necropolítica em que o Estado define quem vive e quem morre (Mbembe, 2018), o presente

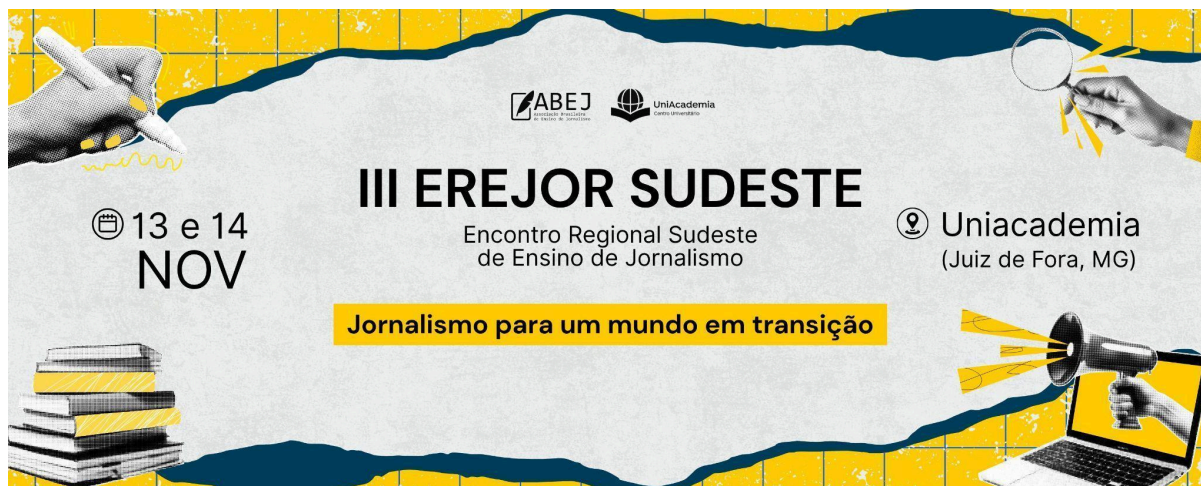
¹ Trabalho submetido ao Encontro Regional Sudeste 2022 de Ensino de Jornalismo - GT Pesquisa na Graduação
Professora Orientadora: Ana Paula Goulart de Andrade

² Estudante de Jornalismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
E-mail: theorafaelsouza@gmail.com

³ Estudante de Jornalismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
E-mail: cont.lorenalou@gmail.com

⁴ Imagem disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/10/30/fotos-moradores-reconhecem-corpos-em-praca-penha.ghtml>



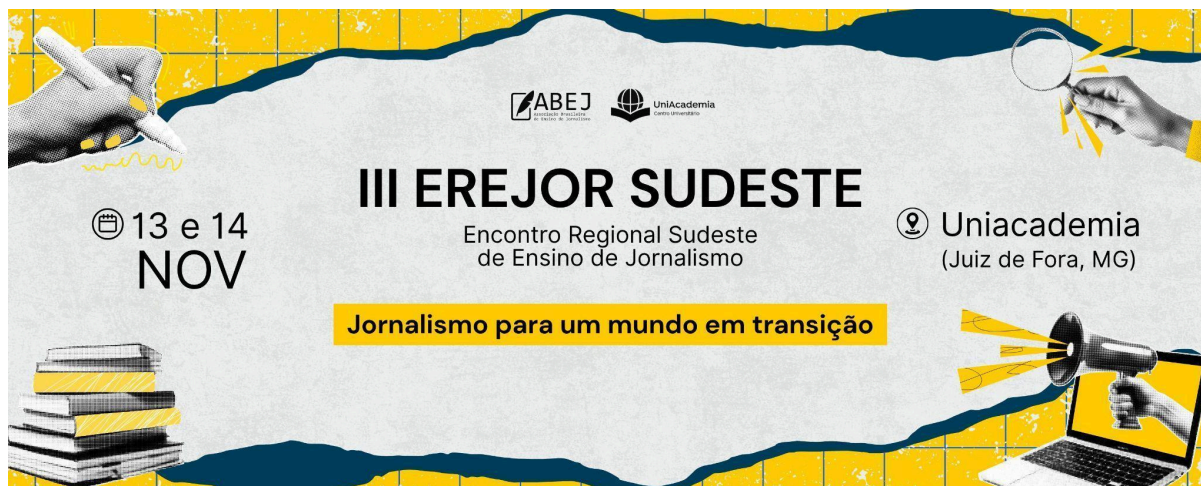
texto analisa o papel do jornalismo brasileiro como operador simbólico na perpetuação do racismo estrutural, analisando como a mídia colabora para a preservação dos mitos fundamentais da identidade nacional, em particular, o da democracia racial e o da imparcialidade jornalística. Parte-se da suposição de que, ao manter uma narrativa de neutralidade e distanciamento ideológico, a mídia oculta as desigualdades raciais, fortalecendo as hierarquias históricas e um consenso aparente sobre a harmonia social no Brasil. Portanto, o discurso da imparcialidade não é apenas uma técnica jornalística, mas uma tecnologia simbólica de poder ligada ao mito da democracia racial.

Nota-se que o silenciamento midiático em torno da voz dos envolvidos cria manchetes baseadas em uma perspectiva. De um lado, moradores e mídia comunitária contando corpos assassinados pelo Estado e recolhidos na mata, de outro, a mídia comercial relatando mortes dos policiais causadas por criminosos. Não existe harmonia social quando há discrepâncias quanto ao tratamento midiático com aqueles que não estão em posição de poder.

Enquanto Florestan Fernandes (2008) desmistifica a ideia de democracia racial, evidenciando que a abolição deu origem a novas formas de desigualdade, Abdias Nascimento (2016) apresenta o conceito de genocídio simbólico, enfatizando o silenciamento das vozes negras e a falta de representatividade. Lélia Gonzalez (2020) e Cida Bento (2022) ajudam a entender como o jornalismo é estruturado pela lógica da branquitude, determinando quais temas são considerados relevantes e quem pode tratá-los.

No caso da chacina, enquanto as coberturas citavam policiais como heróis e moradores de favela como bandidos, ocorriam invasões às casas e mortes de inocentes, a megaoperação mais letal do Rio de Janeiro. Após a tempestade, apurações minuciosas foram realizadas e as manchetes eram outras. O que antes era o “sucesso da operação”, agora era discutido por especialistas como outras formas de combate ao crime organizado.

Nesse cenário, a imparcialidade jornalística funciona como um pacto da branquitude (Bento, 2022), mantendo privilégios simbólicos e barrando a criação de uma narrativa que seja plural e inclusiva. O campo jornalístico não é um mediador neutro, é um espaço de disputa simbólica permeado por relações de poder que definem o que é considerado notícia



e quem tem voz. Um jornalismo que exerce sua função social deve adotar uma abordagem crítica em relação às suas próprias práticas, diversificar suas fontes e referências, valorizar intelectuais e lideranças negras, além de ouvir ativamente as vozes historicamente marginalizadas.

Durante o fechamento deste artigo os números de mortes na operação (121) foram atualizados, reforçando assim a necessidade da atuação do jornalismo em pautas mais plurais, democráticas, sensíveis e inclusivas. Caso contrário teremos apenas “suítes”⁵ de casos como o analisado vitimando toda a nossa sociedade.

Referências:

BARBOSA, Livia. **O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros**. 2. ed. São Paulo: Editora Campus, 1992. Acesso em: 1 nov. 2025.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 2008.

FERNANDES, Florestan. Entrevista à TV Cultura. **Roda Viva**, Fundação Padre Anchieta, 1984. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0c5QTHZL0zA>. Acesso em: 7 jul. 2025.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2003.

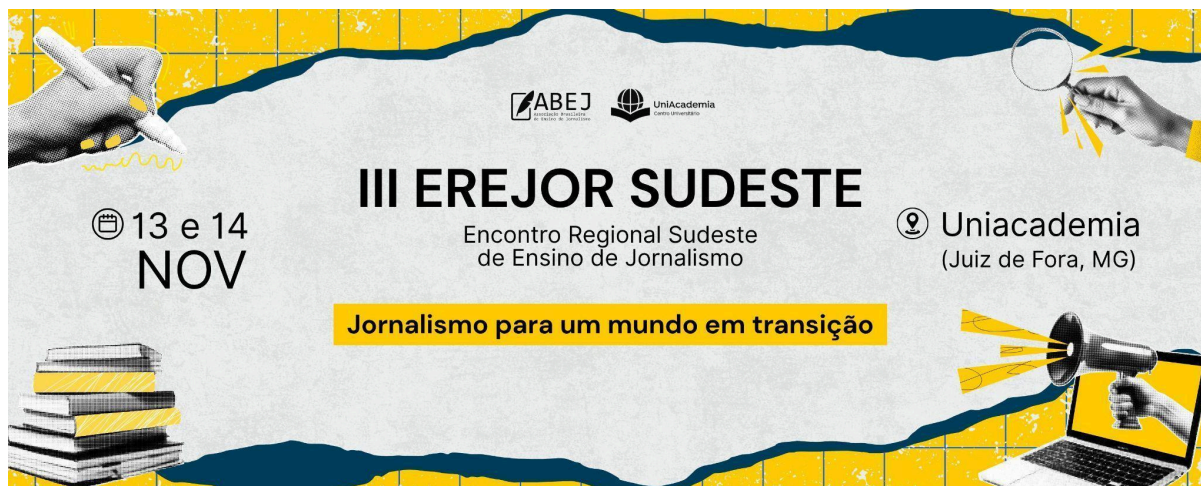
GONZALEZ, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica**. In: RIOS, Flávia; LIMA, Marcia (Org.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 49-64.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: RIOS, Flávia; LIMA, Marcia (Org.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 139-150.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: RIOS, Flávia; LIMA, Marcia (Org.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 75-93.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Disponível em:

⁵ É a continuidade de uma notícia em novas matérias que atualizam as anteriores.



<http://www.edufrn.ufrn.br/bitstream/123456789/1689/1/O%20homem%20cordial.%20Ra%C3%ADzes%20do%20Brasil.%20HOLANDA%2C%20S%C3%A9rgio%20Buarque.%201998.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2025.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **A invenção do “sincretismo” no Brasil: um olhar sobre a produção de saberes nos estudos afro-brasileiros**. *Tempo Social*, v. 19, n. 1, p. 225-241, 2007.